

Sterlite Power

MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba"), foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited, e pela Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia, apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Power
Transmission Limited

Sterlite Grid 5 Limited

74,92%

25,08%

Sterlite Brazil Participações S.A.

100,00%

Marituba Transmissão de Energia S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.391	122.831
Concessionárias e permissionárias	6	10.697	—
Ativo da concessão	8	93.638	53.290
Tributos e contribuições a compensar	9	2.142	288
Prêmio de seguro		1.325	750
Adiantamentos a fornecedores	7	4	474
Partes relacionadas	14	30	—
Total do ativo circulante		193.227	177.633
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	1.172.581	939.496
Prêmio de seguro		183	566
Adiantamentos a fornecedores	7	5.476	17.257
Total do ativo não circulante		1.178.240	957.319
Total do ativo		1.371.467	1.134.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54.154	388	6.910	—	61.452	36.383	97.835
Aumento de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	36.383	—	—	—	36.383	(36.383)	—
Aumento de capital conforme AGE de 31 de março de 2022	140.000	—	—	—	140.000	—	140.000
Aumento de capital conforme AGE de 15 de junho de 2022	8.606	—	—	—	8.606	—	8.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	120	120
Lucro líquido do exercício	—	—	—	104.007	104.007	—	104.007
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(988)	(988)	—	(988)
Constituição de reserva legal	—	5.200	—	(5.200)	—	—	—
Constituição de reservas de retenção de lucros	—	—	97.819	(97.819)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239.143	5.588	104.729	—	349.460	120	349.580
Estorno adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	(120)	(120)
Prejuízo do exercício	—	—	—	(10.043)	(10.043)	—	(10.043)
Absorção de prejuízos acumulados	—	—	—	10.043	10.043	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	239.143	5.588	94.686	—	339.417	—	339.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia entrou 100% em operação comercial em julho de 2023 e começou a receber, a partir de agosto de 2023, 100% da sua RAP. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.05 - 12º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Power Grid 5 Limited ("Grid 5") ambas sediadas na Índia. **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 002/2018. O contrato de concessão nº 26/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, tem duração de 30 anos a partir da data da assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Pará: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações Tucuruí e Marituba, em circuito simples, com extensão aproximada de 373 km; (ii) Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$61.630, (R\$83.310 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem retribuir diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 15 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 26/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R\$ 83.310.592,92.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Pará:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 500 kV, entre as subestações Tucuruí e Marituba, em circuito simples, com extensão aproximada de 373 km;
- Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe ordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização

de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		194.471	805.002
Remuneração do ativo de concessão líquido		84.761	33.684
Receita de operação e manutenção		2.314	—
Receita operacional líquida	17	281.546	838.686
Custo de implementação de infraestrutura	18	(231.523)	(679.122)
Custo de operação e manutenção	19	(2.303)	—
Lucro bruto		47.720	159.564
Despesas gerais e administrativas	20	(23.601)	(2.663)
Outras receitas/(despesas)		1.781	—
Lucro antes do resultado financeiro	21	25.900	156.901
Receitas financeiras	22	3.821	1.402
Despesas financeiras	22	(35.681)	(702)
		(31.860)	700
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.960)	157.601
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(4.083)	(53.594)
Prejuízo líquido do exercício		(10.043)	104.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(10.043)	104.007
Total de resultados abrangentes	(10.043)	104.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
(Prejuízo)/Lucro o antes dos impostos de renda e contribuição social	(5.960)	157.601
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	28.859	85.486
Provisão para contingências	16.599	—
Apropriação de custos de captação de debêntures	8	—
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.115	9.604
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.162	—
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(10.697)	—
Ativo de concessão	(273.433)	(924.172)
Adiantamentos a fornecedores	12.251	27.336
Impostos e contribuições a compensar	(1.854)	(103)
Prêmio de seguro	(192)	(1.068)
Partes relacionadas	(30)	—
Outros	—	499
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	39.112	74.875
Tributos e contribuições sociais	(2.571)	3.545
Encargos setoriais	368	—
Salários e encargos sociais	1.916	1.239
Partes relacionadas	—	(1.133)
Outros	14	—
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(139.333)	(566.291)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	—	148.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	(120)	120
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	142.161	624.259
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	—	(500)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.687)	(80.000)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.461)	(3.383)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	101.893	689.102
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(37.440)	122.811
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	122.831	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	85.391	122.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. • Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantidade escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. • Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: **continua***



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>


MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. • Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somen-

te a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativas, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro real para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia não apresenta saldos de tributos correntes. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

 b) **Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures:**

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Amortização de principal	Amortização de juros	Amortização do custo de captação	Saldo em 31/12/2023
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	395.678	142.161	16.340	21.058	(2.687)	(37.461)	-	535.089
Debêntures	154.302	-	11.775	7.104	-	-	8	173.189
Total	549.980	142.161	28.115	28.162	(2.687)	(37.461)	8	708.278

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Amortização de principal	Amortização de juros	Amortização do custo de captação	Saldo em 31/12/2022
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	-	394.242	3.768	-	-	(2.332)	-	395.678
Debêntures	-	150.017	3.843	942	(500)	-	-	154.302
CCB (Ponte)	-	80.000	1.051	-	-	-	(81.051)	-
Total	-	624.259	8.662	942	(500)	-	(83.383)	549.980

A Companhia realizou a primeira emissão 150.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fiduciária adicional, no valor nominal de R\$ 1.000,00, em agosto de 2022 ("Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2024 e a última em julho de 2044, remunerada pela taxa de IPCA + 7,242% a.a. A Companhia assinou, em dezembro de 2021, um contrato de financiamento com o Banco da Amazônia ("BASA") no valor de R\$536.403, com recursos advindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") ("Financiamento BASA-FNO"). Em dezembro de 2023 o volume total do financiamento já havia sido desembolsado. Sobre estes valores, incidirão juros remuneratórios de 3,7086%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Durante o período de carência, os encargos financeiros serão exigíveis mensalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	5.130	71
Aplicações financeiras (i)	80.261	122.760
	85.391	122.831

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo 98% - 101% em 2023 e 2022, cuja rentabilidade foi de R\$ 3.821 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.402 em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS:

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	10.697	-
	10.697	-

A Companhia entrou 100% em operação comercial em 05 de julho de 2023 e começou a receber a partir de agosto de 2023 100% da sua RAP. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento.

No exercício findo 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS DE FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	4	-
Adiantamento a fornecedores (i)	5.476	17.731
	5.480	17.731
Circulante	4	474
Não circulante	5.476	17.257

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	992.786	68.614
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem	217.287	887.055
Remuneração do ativo de concessão	94.706	37.117
Receita de O&M	2.585	-
(-) Faturamento	(41.145)	-
	1.266.219	992.786
Circulante	93.638	53.290
Não circulante	1.172.581	939.496

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	81.749	42.618
Materiais e serviços não faturados	37.508	37.527
	119.257	80.145

No início de 2023 ocorreu intensificação ainda maior nas atividades de construção gerando o incremento nos saldos com recebimento de notas fiscais a pagar de serviços realizados para finalização de mobilização de canteiro, fundações e administração EPC realizados. A Companhia tem aproximadamente 90% do seu saldo de Fornecedores referente a valores retidos do fornecedor EPC que estão em discussão em um processo de arbitragem.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são compostas da seguinte forma:

Credor	Encargos	Data final	31/12/2023	31/12/2022
BASA - Banco Amazônia	IPCA + 3,73%	15/06/2044	535.089	395.678
Emissão de debêntures	IPCA + 7,24%	15/06/2044	173.189	154.302
			708.278	549.980
Circulante			11.554	1.979
Não circulante			696.724	548.001

de agosto de 2023, os encargos financeiros serão exigíveis juntamente com as parcelas de principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045. Em agosto de 2022 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG") com os bancos fiadores Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas, em favor dos debenturistas, cartas de fiança bancária no valor de R\$150 milhões, referente às Debêntures. Em favor do BASA, foram emitidas cartas no valor de R\$535 milhões, referente ao Financiamento BASA-FNO. Os pagamentos das comissões de fiança serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do projeto, e de 1,35% após. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO, a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditários do projeto de implantação do lote 15 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil penhorou as ações da Marituba aos Credores. c) Condições restritivas: empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Sterlite Power

MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	7.696
2025	11.982	9.061
2026	14.353	10.822
2027	16.544	12.978
2028	18.838	14.135
2029	21.107	16.808
2030	22.204	17.888
2031	22.674	18.351
Após 2032	569.022	440.262
Total das obrigações	696.724	548.001

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui operações com partes relacionadas (pessoas jurídicas) em 31 de dezembro 2023 no montante de R\$ 30 com a empresa Sterlite Brasil Participações S.A. (não havia saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022).

12. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Impostos diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	11.195	-
Contribuição social diferida	4.030	-
IR e CS diferidos ativos	15.225	-
Imposto de renda diferido	(56.398)	(42.201)
Contribuição social diferida	(20.303)	(15.192)
IR e CS diferidos passivos	(76.701)	(57.393)
PIS diferido	(21.529)	(16.381)
COFINS diferida	(99.163)	(75.452)
PIS e COFINS diferidos	(120.692)	(91.833)
Tributos passivos	(182.168)	(149.226)
Passivo circulante	8.925	4.929
Passivo não circulante	173.243	144.927

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

b) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IR e CS	(5.960)	157.601
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	2.026	(53.584)
Outras diferenças temporárias	(6.109)	(10)
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(4.083)	(53.594)
Diferido	(4.083)	(53.594)
Alíquota efetiva	68%	34%

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excludidas em quotas fixas mensais e no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Movimen- tação		Movimen- tação	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(2.794)	(39.407)	(42.201)	(3.002)
Contribuição social	(1.006)	(14.187)	(15.192)	(1.081)
Não circulante	(3.800)	(53.594)	(57.393)	(4.083)
				(61.476)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$239.143 dividido em 239.143.400 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. b) **Reservas de lucros:**

	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo)/ Lucro Líquido do exercício	(10.042)	104.007
Constituição da reserva legal (i)	-	(5.200)
Base de cálculo de dividendos	-	98.807
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(988)
Reserva de retenção de lucros (ii)	-	97.819
Saldo de lucros acumulados	-	-

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. c) **Dividendos mínimos obrigatórios:** O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 não foram distribuídos dividendos (R\$ 988 em 31 de dezembro de 2022), uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	217.287	887.055
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	94.706	37.117
Remuneração do ativo de concessão	2.585	-
Receita de operação e manutenção	314.578	924.172
Total da receita bruta	629.156	1.848.344
Tributos sobre a receita	(411.869)	(961.289)
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	(3.586)	(14.637)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1.563)	(612)
PIS diferido sobre operação e manutenção	(679)	-
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(16.514)	(67.416)

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Marituba Transmissão de Energia S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Marituba Transmissão de Energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assun-

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(7.198)	(2.821)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	(3.124)	-
Total de deduções	(32.664)	(85.486)
Encargos setoriais	(368)	-
Receita operacional líquida	281.546	838.686
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 15)	(231.523)	679.122
Margem de implementação da infraestrutura	34.335	125.880
Margem %	14,83%	18,54%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(111)	(158.890)
Pessoal (i)	(13.253)	(3.287)
Máquinas e equipamentos	(78.906)	(285.468)
Terrenos	(16.599)	-
Gastos ambientais	(65)	(9.707)
Servidão	(1.077)	(9.461)
Edificação	(87.105)	(185.979)
Capitalização de juros	(31.427)	(9.604)
Outros	(2.980)	(16.726)
	(231.523)	(679.122)

Custos referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante o ano de 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços. Os custos de 2023 são referentes ao final da construção do projeto e os gastos de desmobilização da obra.

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(242)	-
Serviços de terceiros	(2.042)	-
Outros	(19)	-
	(2.303)	-

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(13.233)	-
Serviços de terceiros	(1.190)	(1.741)
Aluguéis	(168)	(14)
Tributos	(75)	(36)
Seguros	(1.255)	(800)
Outros	(7.880)	(72)
	(23.601)	(2.663)

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria e amortização das despesas antecipadas de seguros.

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	1.781	-
	1.781	-

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	3.821	1.402
Rendimentos de aplicações financeiras	3.821	1.402
Despesas financeiras	(24.850)	-
Juros e atualização monetária	(48)	-
Despesas bancárias	(108)	-
PIS e COFINS sobre rendimentos financeiros	(9.574)	-
Comissões e taxas	(1.072)	(33)
Multas	(2)	(319)
IOF	(27)	(350)
Outros	(35.681)	(702)
	(31.860)	700

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Contingências passivas - risco de perda provável:** A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituiram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Cíveis	1	16.599
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1	16.599

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e processos fundiários. b) **Contingências passivas - risco de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia também possui um processo de arbitragem com o fornecedor EPC. As causas possíveis estão relacionadas ao valor incontroverso relativa a medição final no valor de R\$15.522, bem como a cobrança de encargos moratórios, que representam R\$ 4.413.

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Segurado	Valor
Performance Bond	Bond	Swiss RE	15/08/2024	31/03/2024	R\$28.025	
	Risco	Chubb				
Construção	Civil	Seguradora	04/07/2023	04/07/2024	R\$40.000	
	Risco de Engenharia	Fator Seguradora	21/05/2023	30/06/2025	R\$736.794	

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Bancos		5.130	71
Concessionárias e permissionárias		10.697	-
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	2023	2022
Aplicações financeiras	2	80.261	122.760
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2023	2022
Empréstimos e financiamentos e debêntures		708.278	549.980
Fornecedores		119.257	80.145

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com a orientação do CPC 46 - Mensuração do valor justo e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

Ativo	Inde-xador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução				Risco de aumento			
				I (-50%)	II (-25%)	III (50%)	IV (25%)	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%					
Aplicações financeiras	80.261	9.350	4.675	7.013	14.026	11.688					
Passivos											
			4,62% + taxas fixas do contrato								
IPCA		5,05%	7,58%	15,16%	12,63%						
Empréstimos e financiamentos	708.278	65.220	32.610	48.915	97.830	81.525					

b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Riscos de liquidez:** A Companhia administra o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a contínuo do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

CONTADORA

receptor caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 1.226.219 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido,


MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas ado-

tados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024


ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S. Ltda.
 CRC - SP034519/O
Francisco F. A Noronha Andrade
 Contador - CRC PE-026317/O

**APRIMORAR AS
 TELECOMUNICAÇÕES POR
 MEIO DE INFRAESTRUTURAS
 DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA**


 Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>